



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

1. O setor automóvel em Portugal contribui com 1,4 % par o VAB nacional e tem uma representatividade de cerca de 15 % nas exportações (de acordo com a publicação AICEP Portugal Global de junho de 2011);
2. A fábrica PSA emprega cerca de 1250 trabalhadores e produz cerca de 250 automóveis por dia (97 % destinada à exportação);
3. Houve várias parcerias entre o anterior governo, o AICEP e a autarquia de Mangualde;
4. Em 2006 foi realizado um projeto de investimento de 8,6 milhões de euros;
5. Em 2008, afetada pela crise internacional, que teve particular incidência no setor automóvel (alega a empresa), a administração da PSA acaba com uma equipa de produção, incumprindo desta forma o objetivo do emprego que tinha sido assumido;
6. Em 2009, foram dispensadas da fábrica 400 pessoas;
7. Ainda nesse ano, foi feito um novo projeto no valor de 21 milhões de euros, que envolve o fabrico de novos modelos de automóveis (Berlingo e Partner);
8. Este novo projeto surge no âmbito de uma renegociação contratual com a AICEP, revendo os objetivos.

Face ao exposto e nos termos do disposto no art.º 156<sup>a</sup>, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados "requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato";

Nos termos do artigo 155º, n.º 3, da Constituição e do artigo 12º, n.º 3, do Estatuto dos Deputados, "todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas";

Nos termos do disposto no artigo 229º, n.º 1, do Regimento da Assembleia da República, as

perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito, no máximo de 30 dias;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer ao Sr. Ministro de Economia e do Emprego, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta ao seguinte:

1. Tem o ministério do emprego e da economia conhecimento de todos os acordos efetuados ao longo dos anos e do seu conteúdo?
2. De acordo com os mesmos acordos, qual é o impacto do incumprimento e qual o acordo em vigor?
3. Existindo já um longo caminho de acordos efetuados com a PSA Mangualde, quais foram já denunciados pela empresa?
4. Dado que há uma série de mecanismos ao alcance das empresas o XIX Governo Constitucional, através dos seus ministérios ou da AICEP, já realizou algum acordo com a empresa em causa?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 17 de Fevereiro de 2012

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)